

ENSINO PLURAL PELO VIÉS DA INTERCULTURALIDADE

PLURAL EDUCATION THROUGH THE BIAS OF INTERCULTURALITY

Maruana Kássia Tischer Seraglioⁱ

Zenaide Borre Kunrathⁱⁱ

Resumo: O presente estudo propõe analisar as contribuições da interculturalidade no ensino básico brasileiro pensando na diversidade. Esse objetivo geral sinaliza três nortes: examinar as principais concepções da teoria intercultural para a educação básica; investigar como o processo de globalização transita nesse espaço intercultural; e identificar a interculturalidade na Base Nacional Comum Curricular (2017). A metodologia é qualitativa e bibliográfica. Os resultados apontaram para uma concepção de interculturalidade enquanto teoria que deve ser mobilizada em sala de aula, no âmbito das discussões sobre movimentos, culturas, povos e etnias. Teoria esta que compõe a heterogeneidade global e busca combater, principalmente, os preconceitos que envolvem as sociedades contemporâneas. Além disso, a globalização se apresenta como movimento que, por um lado, busca a conexão entre diferentes culturas mas, por outro, limita e define o que e quem pode fazer parte dessa sociedade global. Já a BNCC, a partir de dois recortes discursivos, representa as novas orientações educacionais do país que percebem essa nova perspectiva educacional e buscam orientar professores e diretores. Contudo, para que se tenha realmente um ensino plural pelo viés intercultural, mudanças significativas devem começar a ocorrer imediatamente nas instituições do Estado, nas escolas e na sociedade de modo geral.

Palavras-chave: Interculturalidade. Ensino. Diversidade.

Abstract: This study proposes to analyze the contributions of interculturality in Brazilian basic education thinking about diversity. This general objective signals three directions: to examine the main conceptions of intercultural theory for basic education; to investigate how the process of globalization transits in this intercultural space; and to identify interculturality in the Common National Curriculum Base (2017). The methodology is qualitative and bibliographic. The results pointed to a conception of interculturality as a theory that should be mobilized in the classroom, within the scope of discussions about movements, cultures, people and ethnicities. This theory makes up the global heterogeneity and seeks to combat, mainly, the prejudices that involve contemporary societies. In addition, globalization presents itself as a movement that, on the one hand, seeks the connection between different cultures but, on the other hand, limits and defines what and who can be part of this global society. Already the BNCC, from two discursive clippings represents the new educational orientations of the country that perceive this new educational perspective and seek to guide teachers and principals. However, in order to really have a plural education through an intercultural bias, significant changes must begin to occur immediately in State institutions, in schools and in society at large.

Keywords: Interculturality Education. Diversity.

Introdução

Este estudo tem como tema a interculturalidade, com foco na análise das contribuições dessa abordagem na educação básica brasileira. A relevância desse recorte se caracteriza pela atualidade e importância do tema, afinal, se discute muito no âmbito educacional como a escola pode e deve ser um ambiente de respeito à diversidade e como o professor pode abordar conteúdos mais relevantes na vida dos alunos.

Nesse sentido, a teoria intercultural se apresenta como uma das soluções para ser abordada em sala de aula com alunos de todas as idades. Contudo, a sua eficácia depende, entre outros elementos, da qualificação dos docentes. Essa qualificação se inicia no período em que estão em processo de formação na universidade, isto é, nos cursos de licenciatura. Logo, conhecer e discutir sobre os principais conceitos e contribuições da interculturalidade no processo de ensino aprendizagem é de suma importância para a sua eficácia em sala de aula, além de analisar como o processo de globalização, tão presente atualmente na vida cotidiana, se relaciona com a interculturalidade, e que pode servir como material de suporte a prática docente.

Para tanto, a pergunta que motiva esse trabalho é: qual a relevância da presença da interculturalidade na educação básica? O objetivo geral almejado é analisar as contribuições da teoria intercultural a nível de educação básica brasileira. Visando atender essa proposta, esse estudo possui três objetivos específicos que são: examinar as principais concepções da teoria intercultural para a educação básica; investigar como o processo de globalização transita nesse espaço intercultural; e identificar a interculturalidade na Base Nacional Comum Curricular (2017).

A metodologia desse estudo se qualifica, do ponto de vista de sua natureza, como básica, pois a meta é o saber. A abordagem do problema é qualitativa, pois se considera haver “uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA; URBANESKI, 2009, p. 49).

Com relação aos objetivos, a pesquisa é exploratória pois ocorre levantamento bibliográfico e se busca maior proximidade com o problema, sendo que dessa forma, do

ponto de vista dos procedimentos técnicos, é uma pesquisa bibliográfica, pois é desenvolvida a partir e exclusivamente de fontes bibliográficas (SILVA; URBANESKI, 2009).

No que concerne aos instrumentos de coleta e análise, esta acontece a partir do diálogo com autores e documentos selecionados de modo a atender os objetivos estabelecidos para esse estudo. As principais obras abordadas se encontram nessa introdução, contudo no decorrer das análises outros autores, obras e pesquisas foram levadas em consideração.

Com relação ao papel da globalização na teoria intercultural, é abordado o artigo “A perspectiva intercultural como base para um projeto de educação democrática” de Marin (2010), no qual ocorre diálogo com pensadores que discutem o papel da globalização e da ideologia neoliberal. Para a abordagem da teoria intercultural são discutidos textos de autores de renome e que se dedicam a escrever sobre a multiculturalidade e a educação brasileira, como Candau (2009, 2010, 2012, 2016), Coppete, Fleuri e Stoltz (2012a, 2012b) e Fleuri (2001).

Já com relação aos documentos oficiais, é tomada a Base Nacional Comum Curricular na sua terceira versão em 2017, bem como o artigo “A educação intercultural frente ao princípio constitucional da não discriminação” de Coppete, Fleuri e Stoltz (2012), no qual se discute a importância e a eficácia de documentos oficiais que abordam a interculturalidade. A escolha do documento da Base Nacional se justifica por ser um dos documentos oficiais relacionados à educação mais atuais vigentes no Brasil e que, portanto, deveria abordar a interculturalidade.

Nesse sentido, a construção da pesquisa e das análises é feita a partir da discussão desses textos e documento, contextualizando com a prática docente. A partir dos objetivos específicos, é identificado o que se defende na teoria intercultural, como ela se relaciona no panorama atual, pensando na globalização, e o que diz um dos documentos oficiais que regem a educação brasileira.

1 Movimentos de análise

Buscando atender aos objetivos, esse estudo se desenvolve em três momentos,

visando: as concepções teóricas sobre a interculturalidade e a educação; a globalização e sua relação com a interculturalidade; e a análise da Base Nacional Comum Curricular (posteriormente, BNCC).

O embasamento teórico e as análises acontecem simultaneamente e não fragmentados, pois se entende que a questão teórica deve ocorrer sempre com ligação à parte prática. Portanto, enquanto ocorrem as análises, a teoria caminha juntamente, sendo que os conceitos e as opiniões do documento oficial e dos autores estão em diálogo com as análises.

Como se pensa a interculturalidade enquanto processo conectado ao movimento pós-moderno, presume-se necessário conhecer o que é a pós-modernidade. De acordo com Hall (2015), ela não é definida apenas como a convivência com a mudança rápida e contínua, mas é uma forma reflexiva de vida na qual as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas.

As sociedades são caracterizadas pela diferença e atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais, produzindo uma variedade de posições de sujeito, isto é, identidades. Para Harvey (2017), ser moderno é se encontrar num ambiente que promete transformação de si e do mundo, mas que ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que o indivíduo tem, sabe e é.

2 Interculturalidade e educação

Para iniciar esse debate, é necessário primeiro partir de um pressuposto simples abordado por Coppete, Fleuri e Stoltz (2012a), mas ainda muito negado por grupos que acreditam na superioridade racial: somos resultado de diferentes mestiçagens ocorridas durante a história, no processo de construção das civilizações. Além disso, só existe uma espécie biológica do homem, diferente das hierarquias desenvolvidas pelo processo de racismo. Logo, qualquer defesa de pureza biológica é absurda, afinal, todos pertencem a mesma espécie.

Esse movimento de pensar os seres humanos como todos igualmente dignos de respeito e direitos emerge com os estudos pós-coloniais, que buscam reforçar a semelhança dos indivíduos. Contudo, ainda prevalece a soberania de certos povos e culturas sob outros,

atribuindo a estes, categorias de segunda classe (COPPETE; FLEURI; STOLTZ, 2012a).

Colocado isso, é necessário pensar que a diversidade cultural existe e, portanto, a principal questão posta é: como a espécie humana pode viver junta? Segundo Marin (2010) esse é o desafio proposto pela interculturalidade. Contudo, se pode ver pela condução da história que houve (e ainda ocorrem) guerras, genocídios e crises que influenciaram a construção das sociedades contemporâneas.

De acordo com Marin (2010, p. 5), a consequência principal da reflexão intercultural “é a de criar uma pedagogia apropriada às sociedades multiculturais”. Logo, a proposta da teoria intercultural se refere ao respeito para com a diversidade cultural, para que se desenvolva uma perspectiva de mundo como um espaço a ser compartilhado entre todos os seres. Isso ocorre porque, como assinala Candau (2012), a escola atual é herdeira da escola do século XIX, que foi encarregada de criar um único povo e uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos que eram considerados como iguais diante da lei. A tendência principal foi equiparar igualdade à homogeneidade. Se os cidadãos eram iguais diante da lei, a escola deveria contribuir para gerar estes cidadãos, homogeneizando as crianças, independentemente de suas diferentes origens.

Fleuri (2001, p. 53) entende interculturalidade como interação com culturas diferentes, pois “contribui para que uma pessoa ou um grupo modifique o seu horizonte de compreensão da realidade na medida em que lhe possibilita compreender pontos de vista ou lógicas diferentes de interpretação da realidade ou de relação social”. Nessa perspectiva, a interculturalidade também contribui para que ocorra valorização aos sujeitos, pois compreendendo o outro, também há respeito.

Nesse sentido, a escola funciona como instituição que deve mediar o diálogo entre estado e sociedade, discutindo sobre diversidade cultural e linguística. Nesse ponto de vista, “o enfoque interdisciplinar utilizado pela reflexão intercultural nos permite o reencontro com as múltiplas faces da sociedade e de sua complementaridade, tendo em vista a integração democrática e participativa que buscamos” (MARIN, 2010, p. 7).

Portanto, os docentes são a principal ferramenta ou obstáculo para transformar a escola e o processo de ensino e de aprendizagem como espaço intercultural. Como ressalta Candau (2010, p. 13), “não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do

contexto em que se situa. Neste sentido, não é possível conceber uma experiência pedagógica ‘desculturizada’, isto é, desvinculada totalmente das questões culturais da sociedade”. Ambas as questões (solução e obstáculo) perpassam a formação do docente. Logo, a escola “processa tanto a produção quanto a reprodução da cultura, podendo ocorrer tanto a desconstrução de práticas discriminatórias em relação aos diferentes quanto a naturalização das desigualdades” (MUNSBURG; FERREIRA DA SILVA, 2018, p. 149), evidenciando ainda mais a importância da educação e do professor nessa busca por mudança.

É necessário destacar que o docente nunca está formado, ele está sempre em processo de formação. Logo, os cursos de formação continuada para docentes que já atuam e a metodologia e os conteúdos abordados durante o período do ensino superior são de extrema importância, pois vão muito além de uma questão pedagógica. Afinal, “é preciso realizar também um trabalho de conscientização e sensibilização, para que possam os professores adquirir uma nova percepção” (MARIN, 2010, p. 13). Portanto, pensar na formação acadêmica do docente nunca é demais.

As obras de Paulo Freire contribuem para essa perspectiva, pois buscam a libertação do aluno no sentido dele compreender a sua realidade e transformá-la para melhor acolher o ser humano, baseando-se em intercâmbios de cultura e visando a igualdade, o respeito, o reconhecimento e a valorização do outro, seja no âmbito cultural, econômico, social, religioso ou político. Por isso, não basta reconhecer a diversidade, precisa-se acolher. Neste ínterim, a escola é desafiada a se reinventar. Reformular seu currículo, material didático e sistema educativo como um todo. Face ao exposto, trazemos as contribuições de Candau (2009, p. 23), a qual expressa que:

Partir do problema estrutural-colonial-racial e dirigir-se para a transformação das estruturas, instituições e relações sociais e a construção de condições radicalmente distintas, a interculturalidade crítica - como prática política- desenha outro caminho muito distinto do que traça a interculturalidade funcional. Mas tal caminho não se limita às esferas políticas, sociais e culturais; também se cruza com as do saber e do ser. Ou seja, se preocupa também com a exclusão, negação e subalternização ontológica e epistêmico-cognitivo dos grupos e sujeitos racionalizados; com às práticas – de desumanização e de subordinação de conhecimentos- que privilegiam alguns sobre outros, naturalizando a diferença e ocultando às desigualdades que se estruturam e se mantêm em seu interior.

Nesse sentido, os programas educativos são uma forma de integrar a sociedade e a interculturalidade como “projeto de diálogo de culturas, está associada aos programas educativos, como uma busca para reforçar as identidades” (MARIN, 2010, p. 24). De acordo com Godenzzi (1996), a interculturalidade visa: construir relações de justiça, seja em termos econômicos, políticos, culturais; incentivar o diálogo em torno da igualdade; e refletir e estimular a educação buscando ampliar a negociação entre os seres.

Na América, Marin (2010) afirma que o foco está nos povos indígenas, já na Europa está nos imigrantes. Nesse sentido, e independente do local, a interculturalidade é uma reflexão necessária para se desenvolver uma educação que se adapte e que respeite a diversidade, além de análise por parte do Estado. Isso porque, a “educação intercultural pressupõe superar o individualismo, os velhos discursos, as estruturas excludentes e as posturas discriminatórias em prol de um trabalho cooperativo, colaborativo, reflexivo e dialógico” (MUNSBURG; FERREIRA DA SILVA, 2018, p. 149), possibilitando a pluralidade, e desconstruindo e problematizando a homogeneidade. Candau (2016) enfatiza a necessidade de construção de projetos pedagógicos que melhor atendam as especificidades da comunidade escolar:

É tempo de inovar, atrever-se a realizar experiências pedagógicas a partir de paradigmas educacionais ‘outros’, mobilizar as comunidades educativas na construção de projetos político-pedagógicos relevantes para cada contexto. Nesse horizonte, a perspectiva intercultural pode oferecer contribuições especialmente relevantes (CANDAU, 2016, p. 807).

3 Globalização: transitando em espaços interculturais

Os termos globalização e globalismo circulam como se tivessem os mesmos sentidos. Contudo, Beck (1999) os diferencia afirmando que o globalismo é uma espécie de ditadura construída pelo neoliberalismo e pelo mercado, os quais atrapalham o desenvolvimento democrático, enquanto que a globalização supera esse lado único, se desenvolvendo como fenômeno plural. O globalismo vê a globalização enquanto processo somente econômico, sem intercâmbio social e cultural.

Esse pensamento se encontra com Marin (2010, p. 5) ao abordar o fato de que mesmo que “a ideologia neoliberal proclame o livre trânsito das mercadorias, os governos dos países ricos impõem uma política de imigração restritiva e discriminatória, ao limitar o livre trânsito das pessoas”.

Nesse sentido, o discurso da globalização era o discurso da inclusão, da troca de informações e do contato, mas que se transformou em um processo discriminatório e restritivo. Afinal, atualmente também ocorre controle da informação e das comunicações, sustentando a visão da sociedade norte-americana como o modelo a ser seguido, impondo “os mitos do progresso e do desenvolvimento econômico, como também o mito do pensamento único, hegemônico” (MARIN, 2010, p. 26).

A globalização diz respeito à heterogeneidade. Ao se pensar nos movimentos de colonização, percebe-se que houve grande contato/choque entre os povos que aqui viviam e os que se instalaram mais tarde. Isso proporcionou a heterogeneidade que constitui o “brasileiro”, tanto do ponto de vista racial quanto cultural. Em vista disso, “no contexto da globalização, já parece pouco razoável trabalhar com a ideia de ‘culturas puras’, no Brasil, se trata de um verdadeiro contrassenso, dadas as condições de nossa formação enquanto nação” (KALIL; TURA; 2008, p. 81).

As políticas de (não) migração e os absurdos divulgados nas diferentes mídias, sobre casos de migrantes que morrem ao tentar fazer as travessias para tentar a vida em outro país, escancaram o sentido não inclusivo da globalização (ou seria globalismo?). O contato com as outras culturas, com a diversidade, que propõe a concepção intercultural é um caminho que deve ajudar no resgate da concepção da globalização no sentido de união e de respeito aos povos de todo o mundo.

4 BNCC: a interculturalidade enquanto orientação

A partir de 1990, começaram a ser criadas políticas públicas pensadas na diversidade cultural, com foco nas questões de raça, de gênero e de etnia. Pensa-se a educação indígena, por exemplo, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e no Plano Nacional de Educação; define-se o dia da Consciência Negra; torna-se obrigatório

o ensino da cultura e da história africana nas escolas, entre outros movimentos (COPPETI; FLEURI; STOLTZ, 2012a), que juntos são refletidos na BNCC.

A BNCC passou por várias versões com o objetivo de aprimorar e de auxiliar nas dificuldades encontradas na educação básica. Ajudar, por exemplo, na prática docente não somente com relação aos conteúdos que devem ser vistos em sala de aula, mas também das competências que os alunos devem desenvolver, como colaborar na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, aprimorar conhecimentos científicos, artísticos, culturais, conhecer e utilizar tecnologias, valorizar a diversidade, saber argumentar, cuidar da saúde, exercitar o diálogo e agir em prol do bem coletivo (BNCC, 2017).

As palavras interculturalidade e/ou intercultural são utilizadas em alguns momentos dentro do documento, principalmente ao se abordar o ensino de língua inglesa. É interessante destacar que a língua inglesa aparece enquanto língua franca, conectada com o processo de globalização que elegeu essa língua como a principal para a realização de negociações mercantis.

Nesse sentido, são analisados dois recortes discursivos que pensam na questão da interculturalidade enquanto movimento que deve ocorrer no período da educação básica e que está diretamente ligada com a prática docente.

A SD 1 diz respeito à interculturalidade no ensino de língua inglesa nas escolas. Verifica-se que o foco do ensino nessa perspectiva (intercultural) deve ser o respeito às diferenças a partir das práticas de linguagem e que incentivem reflexões críticas sobre as diferenças na sociedade e no mundo.

SD 1: Esse entendimento favorece uma educação linguística voltada para a interculturalidade, isto é, para o reconhecimento das (e o respeito às) diferenças, e para a compreensão de como elas são produzidas nas diversas práticas sociais de linguagem, o que favorece a reflexão crítica sobre diferentes modos de ver e de analisar o mundo, o(s) outro(s) e a si mesmo (BNCC, 2017, p. 240).

Os autores Coppeti, Fleuri e Stoltz (2012b) vão ao encontro dessa visão sobre a interculturalidade, pois para eles é preciso considerar a educação intercultural no sentido da não discriminação, isto é, “pensar a diversidade a partir da compreensão e do respeito à

diferença e à paridade de direitos” (COPPETI; FLEURI; STOLTZ, 2012b, p. 283). Os mesmos autores afirmam ainda que os documentos oficiais que servem como referência para nosso país se baseiam no princípio da não discriminação.

Nessa mesma área de conhecimento, a interculturalidade aparece em outro momento, como uma dimensão dentro do ensino. Na SD 2 identifica-se que permanece a noção de respeito à diversidade, mas se reconhece que as culturas a nível mundial estão sempre mudando, se alterando, se recriando. Nesse sentido, a escola deve ser um ambiente de apoio para a construção de alunos plurais e abertos as mudanças.

SD 2: A proposição do eixo Dimensão intercultural nasce da compreensão de que as culturas, especialmente na sociedade contemporânea, estão em contínuo processo de interação e (re)construção. Desse modo, diferentes grupos de pessoas, com interesses, agendas e repertórios linguísticos e culturais diversos, vivenciam, em seus contatos e fluxos interacionais, processos de constituição de identidades abertas e plurais (BRASIL, 2017, p. 243).

Essa ideia tem base na concepção da escola como lugar de aprendizado de coisas úteis, que auxiliaram no enfrentamento e na vivência da vida, ajudando na formação de um ser livre, criativo, educado e justo. Nesse sentido, a escola é o lugar de encontro do sujeito com o seu outro, com o diferente, que se aprende e se descobre sobre si e sobre o outro. Local que requer que as ações abordadas pelos docentes sejam “pensadas e executadas de maneira interativa, respeitosa, solidária, afetiva, sensível e prospectiva com vistas à justiça e equidade social, à construção de um mundo menos desigual” (COPPETI; FLEURI; STOLTZ, 2012b, p. 295).

Contudo, mesmo os documentos orientando sobre o respeito à diversidade e à pluralidade, a realidade escolar muitas vezes não comporta essa visão. A BNCC (2017) é um documento que busca a padronização do ensino a nível nacional, com abertura para pequenas inserções de conteúdos relacionados a cada localidade. Todavia, as condições das escolas no Brasil são muito desiguais e precárias e, portanto, não bastam somente documentos elaborados pelo alto escalão da educação e que não pensam na mudança real no dia a dia de alunos e de professores.

Portanto, os estudantes brasileiros precisam conhecer a realidade da sua região e

daquelas diferentes, de contraste. Por ser um país de extensão territorial grande, as mudanças são muito perceptíveis. Além disso, as condições de vida no mundo se alteram a todo instante, logo, é preciso haver um currículo vivo e intercultural, que dialogue com isso. É nesse aspecto que destaca-se a importância e a urgência de diálogo entre os governos federais, estaduais e municipais com os docentes. Os profissionais que não tiverem uma formação continuada e aberta para interlocução e troca com outros terão dificuldade em atender a essa multiplicidade e fazê-la significativa aos seus estudantes. É apenas a partir desse diálogo que os currículos poderão ser contruídos com base nos princípios da interculturalidade.

Conclusão

A partir do delineamento dos objetivos desse estudo, sinalizaram-se as contribuições e a importância da interculturalidade pensada na educação básica. Dessa forma, atendendo ao primeiro objetivo específico, examinaram-se as principais concepções da teoria intercultural à educação básica por meio da análise de textos que defendem uma concepção de educação que visa o respeito à diversidade.

Com relação ao segundo objetivo, investigou-se como o processo de globalização transita nesse espaço intercultural, no sentido de que, atualmente, se propaga e se defende a globalização. Contudo, não se percebe que, concomitantemente, ocorre a defesa do comércio entre países e do lucro financeiro, havendo o esquecimento de que a abertura cultural, étnica e social não ocorre, principalmente com relação aos países que enfrentam dificuldades. Isso leva os cidadãos a buscarem novas condições em outras nações, não sendo bem recebidos.

E por fim, se identificou a interculturalidade na BNCC (2017). A concepção no documento vai ao encontro das concepções dos autores consultados, os quais buscam uma educação que contribua para a formação de alunos abertos à pluralidade, que respeitem o diferente e construam sociedades mais justas. Entretanto, pensando nesses conceitos dentro da realidade da educação básica brasileira, é necessário destacar que essa luta vai muito além da criação de normativas como a BNCC (2017) que buscam a padronização do ensino. A interculturalidade é o caminho para uma mudança na sociedade. A intolerância, seja ela

social, religiosa, étnica, econômica e cultural, deve ser combatida e a educação é a chave.

Todo esse movimento de conscientização deve ser iniciado nas escolas, pois é o momento de abrir as portas do mundo para os alunos e mostrar que pode-se e deve-se ir muito além do que a pequena realidade de cada um mostra. Contudo, para isso, é preciso que os professores estejam preparados e em constante aprendizado. Portanto, os cursos superiores devem focar não somente em conteúdos e em métodos, mas também em abordagens e em assuntos que auxiliem nesse sentido. A BNCC (2017) preza pelo ensino pensado no aluno cidadão, logo, se deve oferecer oportunidades para que isso ocorra. Questões de estrutura, de tempo para preparação de aula, de remuneração e de prestígio são assuntos clichês, mas de importância tão grande e que devem ser solucionados o quanto antes para que permitam a evolução em outros quesitos importantes dentro da educação.

Educação pensada de modo intercultural e na diversidade exige uma organização consciente do Estado, das instituições de ensino, da família, da sociedade, do professor e do aluno. É preciso continuar analisando e discutindo sobre propostas de ensino que reflitam sobre a diversidade e o aluno enquanto parte do mundo. É preciso que a mudança inicie agora.

Referências

- BECK, U. *O que é globalização? Equívocos do globalismo respostas à globalização*. São Paulo: Paz e terra, 1999.
- BRASIL. MEC. *Base Nacional Comum Curricular*. Proposta preliminar, terceira versão. Brasília: DF, 2017.
- CANDAU, V. M. F. *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7letras, 2009.
- CANDAU, V. M. F. *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educ. Soc.* v. 33, n. 118, p. 235-250, jan./mar. 2012.
- CANDAU, V. M. F. Cotidiano escolar e práticas interculturais. *Cadernos de pesquisa*. v. 46, n. 161, p. 802-820, jul./set. 2016.

COPPETE, M. C.; FLEURI, R. M.; STOLTZ, T. Educação para a diversidade numa perspectiva intercultural. *Revista Pedagógica*, v. 1, n. 18, p. 231-262, 2012a. Disponível em: https://www.academia.edu/58683892/Educa%C3%A7%C3%A3o_para_a_diversidade_numa_perspectiva_intercultural. Acesso em: 25 ago. 2022.

COPPETE, M. C.; FLEURI, R. M.; STOLTZ, T. A educação intercultural frente ao princípio constitucional da não discriminação: uma questão de direitos humanos. *Visão Global*, v. 15, n. 1-2, p. 281-302, 2012b. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3426/1525>. Acesso em: 25 ago. 2022.

FLEURI, R. Desafios à educação intercultural no Brasil. *Educação, Sociedade e Cultura*, v. 0, n. 16, p. 45-62, 2001. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC16/16-2.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

GODENZZI, J. C. *Educación e interculturalidad en los Andes y la Amazonía*. Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 1996.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2015.

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. 26 ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2017.

KALIL, I. R. *Quando a cultura do aluno entra na escola: notas sobre a construção de um currículo intercultural*. 2008. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

MARIN, J. A perspectiva intercultural como base para um projeto de educação democrática: povos autóctones e sociedade multicultural na América Latina. *Visão Global*, v. 13, n. 1, p. 13-52, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/764/364>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MUNSBURG, J. A. S.; FERREIRA DA SILVA, G. Interculturalidade na perspectiva da descolonialidade: possibilidades via educação. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 13, n. 1, p. 140-154, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9175>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SILVA, R.; URBANESKI, V. *Metodologia do trabalho científico*. Leonardo da Vinci – Indaial: ASSELVI, 2009.

ⁱ Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
E-mail: maruana.seraglio@estudante.uffs.edu.br
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2642913975531223>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0751-3445>

ⁱⁱ Mestra em educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)
E-mail: pzenaideborre@hotmail.com
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5550342178679325>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0480-5856>